

Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações do resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de janeiro de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

A Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. ("Celeo Renováveis").

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Pagamento de principal e juros de debêntures no ano

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram pagos R\$ 1.976 de principal, sendo R\$ 1.407 em 15 de maio de 2023 e R\$ 569 em 17 de novembro de 2023 e R\$ 8.066 de juros, sendo R\$ 3.952 em 15 de maio de 2023 e R\$ 4.114 em 17 de novembro de 2023.

(b) Dividendos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia pagou um montante de R\$ 101.504 referente a dividendos.

(c) Receita Anual Permitida (RAP)

A RAP da Companhia para o ciclo 2023-2024 em conjunto com o Despacho nº 4.675 de 5 de dezembro de 2023 foi de R\$ 115.290, um incremento de 1,5% quando comparada com a RAP para o ciclo 2022-2023 de R\$ 113.635, decorrente do reajuste da inflação (IPCA) e da revisão tarifária periódica (RTP).

(d) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios findos em 2023 e 2022 foi 99,97% e 99,99%, respectivamente.

(e) Benefício fiscal SUDENE

Em 27 de dezembro de 2021 o Ministério da Integração Nacional por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), emitiu o Laudo Constitutivo nº 0273/2021 aprovando a continuidade do benefício fiscal até 31 de dezembro de 2031.

(f) Auditores Independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras societárias e regulatórias. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 134. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria.

A nomeação dos auditores independentes é de competência da acionista, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como a prática de atos de gestão no interesse da Companhia, de acordo com as competências e os limites previstos em seu Estatuto Social.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, funcionando de forma não permanente, será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da

Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente

Veja as Notas 6.2, 10 e 19 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção e a taxa de financiamento. Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos ativos de contrato, das receitas de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (ii) a verificação, com o auxílio de nossos especialistas de Finanças Corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e (c) se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados. (iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2024
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa
Contadora CRC RJ-100983/O-7

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		157	100
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	50.043	85.634
Concessionárias e permissionárias	9	10.957	11.139
Ativo de contrato	10	105.740	104.158
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		7.322	3.332
Outros impostos e contribuições a recuperar		209	312
Outros ativos		8.065	4.025
Total do ativo circulante		182.493	208.701
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	20.610	18.703
Ativo de contrato	10	1.375.259	1.384.820
Total do realizável a longo prazo		1.395.869	1.403.523
Total do ativo não circulante		1.395.869	1.403.523
Total do ativo		1.578.362	1.612.223
Fornecedores	11	6.677	9.374
Financiamento	12	20.506	20.655
Debêntures	13	2.916	2.419
Salários e encargos a pagar		604	383
Outros impostos e contribuições a recolher		2.627	1.593
Pis e Cofins diferidos	14	9.326	9.187
Dividendos	23 (c)	6.314	8.291
Encargos setoriais		1.214	790
Contas a pagar	12/13	8.099	11.153
Outros passivos	15	11.094	4.421
Total do passivo circulante		69.377	68.266
Financiamento	12	750.986	726.333
Debêntures	13	129.220	125.049
Pis e Cofins diferidos	14	126.752	127.707
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	162.162	153.717
Total do passivo não circulante		1.169.120	1.132.806
Total dos passivos		1.238.497	1.201.072
Capital social	18 (a)	161.600	161.600
Reserva de lucros	18 (b)	178.265	249.551
Total do patrimônio líquido		339.865	411.151
Total do passivo e patrimônio líquido		1.578.362	1.612.223

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	19	105.644	132.955
Pessoal		(5.666)	(3.987)
Material		(355)	(450)
Serviços de terceiros	20 (a)	(4.824)	(6.217)
Outros		(1.673)	(2.340)
Custos operacionais		(12.519)	(12.994)
Lucro bruto		93.125	119.961
Pessoal		(224)	(236)
Serviços de terceiros	20 (b)	(447)	(471)
Provisão para perdas esperadas de créditos	9	(705)	-
Outros		(612)	(332)
Despesas operacionais		(1.988)	(1.039)
Resultado antes do resultado financeiro		91.138	118.922
Receitas financeiras		15.414	9.131
Despesas financeiras		(68.694)	(77.713)
Resultado financeiro	21	(53.280)	(68.582)
Resultado antes dos impostos		37.858	50.340
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.172)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(8.445)	(17.177)
Imposto de renda e contribuição social	22	(9.617)	(17.177)
Lucro líquido do exercício		28.241	33.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	28.241	33.163
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	28.241	33.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Legal	Incentivos fiscais	Lucros a realizar	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 31 de dezembro de 2021		161.600	8.079	-	29.262	187.339	-	-	386.279
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	33.163	33.163
Reserva legal	18 (b)	-	1.658	-	-	-	-	(1.658)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	-	(8.291)	(8.291)
Retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	-	23.214	-	(23.214)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		161.600	9.737	-	29.262	210.552	-	-	411.151
Pagamento de dividendos	18 (b)	-	-	-	(29.262)	(64.366)	-	-	(93.628)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	28.241	28.241
Reserva legal	18 (b)	-	1.412	-	-	-	-	(1.412)	-
Reserva de incentivos fiscais	18 (b)	-	-	3.232	-	-	-	(3.232)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	-	-	(5.899)	(5.899)
Dividendos adicionais propostos	18 (b)	-	-	-	-	-	17.698	(17.698)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		161.600	11.149	3.232	-	146.186	17.698	-	339.865

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		28.241	33.163
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	8.445	17.178
- Imposto de renda e contribuição social correntes	22	1.172	-
- Provisão para perdas esperadas de créditos	9	705	-
- Pis e Cofins diferidos		(815)	2.654
- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(15.604)	(9.131)
- Juros e custo de transação sobre financiamento e debêntures	12/13	68.346	73.238
- Efeito da revisão tarifária periódica	10	37.317	-
- Ativo de contrato - remuneração	10	(142.923)	(135.154)
		(15.116)	(18.052)
Variações em:			
- Concessionárias e permissionárias		(523)	(521)
- Ativo de contrato	10	113.585	105.706
- Impostos e contribuições a recuperar		(3.867)	(834)
- Outros ativos		(4.039)	(1.908)
- Fornecedores		(2.697)	(44.647)
- Salários e encargos a pagar		221	1
- Outros impostos e contribuições a recolher		1.034	223
- Encargos setoriais		424	351
- Contas a pagar		(3.054)	(10.043)
- Outros passivos		6.670	3.233
Caixa gerado pelas atividades operacionais		92.638	33.509
Impostos pagos sobre o lucro		(1.192)	-
Debêntures - pagamento de juros	13	(8.066)	(7.870)
Financiamentos - pagamento de juros	12	(3.656)	(711)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		79.724	24.928
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(126.414)	(114.001)
Títulos e valores mobiliários - resgates		175.702	102.350
Caixa proveniente (utilizado) das atividades de investimento		49.288	(11.651)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos - captação	12	-	12.877
Financiamentos - pagamento de principal	12	(14.052)	(3.456)
Financiamentos - custo de transação	12	(11.423)	-
Debêntures - pagamento de principal	13	(1.976)	(1.397)
Pagamento de dividendos	23 (c)	(101.504)	(29.731)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(128.955)	(21.707)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		57	(8.430)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		100	8.530
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		157	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
	Base de preparação	
1.	Contexto operacional	15
2.	Base de preparação	16
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	16
4.	Uso de estimativas e julgamentos	16
	Políticas contábeis	
5.	Base de mensuração	16
6.	Políticas contábeis materiais	16
7.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	24
	Ativos	
8.	Títulos e valores mobiliários	24
9.	Concessionárias e permissionárias	25
10.	Ativo de contrato	25
	Passivos e Patrimônio Líquido	
11.	Fornecedores	25
12.	Financiamento	26
13.	Debêntures	27
14.	PIS e COFINS diferidos	29
15.	Outros passivos	29
16.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	29
17.	Passivos contingentes	29
18.	Patrimônio líquido	30
	Desempenho do ano	
19.	Receita operacional líquida	31
20.	Serviço de terceiros	31
21.	Resultado financeiro	32
	Tributos sobre o lucro	
22.	Imposto de renda e contribuição social	32
	Outras informações	
23.	Transações com partes relacionadas	32
24.	Gestão de riscos financeiros	33
25.	Cobertura de seguros	36

1 Contexto operacional

A Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de janeiro de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos.

A Companhia entrou parcialmente em operação em março de 2020 com os trechos SE A Acaraú II, SE Acaraú III e LT 230kV Acaraú II – Acaraú III e a entrada em operação comercial de toda a infraestrutura ocorreu em 01 de novembro de 2021. Durante a fase de operação parcial, a Companhia dependeu dos aportes de capital de seu acionista e/ou de financiamento obtido junto às instituições financeiras, até o momento que passou a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto.

A Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. ("Celeo Renováveis").

1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão Nº 02/2018 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, nos estados do Piauí e Ceará, compostas pela: (i) linha de transmissão Parnaíba III – Tianguá II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 111 km, com origem na Subestação Parnaíba III e término na Subestação Tianguá II; (ii) linha de transmissão Acaraú II – Acaraú III, em 230kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Acaraú II e término na Subestação Acaraú III; (iii) Linha de Transmissão Ibiapina II – Tianguá II, em 230 kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Tianguá II; (iv) Linha de Transmissão, em 230kV, Ibiapina II – Piripiri, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Piripiri; (v) linha de Transmissão Piripiri – Teresina III, em 230kV, circuitos simples, primeiro circuito; (vi) SE Parnaíba III, novos pátios 500/230-13,8kV (6+1R) 2 x 200 MVA, 230/138kV 2 x 150 MVA; pela SE Acaraú III, novos pátios 500/230-13,8kV, (6+1R) x 250 MVA; (vii) Conexões de unidades de transformação; (viii) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em 08 de novembro de 2021 a Companhia obteve o termo de liberação definitivo e entrou em operação comercial na sua totalidade, e passou a receber 100% da receita anual permitida.

O Contrato foi assinado no dia 8 de março de 2018 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 8 de março de 2048.

1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória nº 3.216, de 4 de julho de 2023, em conjunto com o Despacho nº 4.675 de 5 de dezembro de 2023, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2023-2024 em R\$ 115.290 (R\$ 113.635 para o ciclo de 2022-2023). Um aumento aproximado de 1,5%, decorrente do reajuste da inflação (IPCA) e da revisão tarifária periódica (RTP).

1.3 Receita Tarifária Periódica

A ANEEL procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. As próximas revisões estão previstas para o ciclo 2028-2029 e 2033-2034.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 8 de março de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2) e análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 9) e reconhecimento de provisões para passivos contingentes (nota explicativa 17). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: “principais políticas contábeis”) em determinados casos, de acordo com as alterações.

6.1 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

iv.1 Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

6.2 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

6.4 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, são contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.5 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

6.6 Reserva para incentivo fiscal

As subvenções fiscais visam compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado no mesmo período em que as despesas são auferidas, registrando-se o imposto total no resultado como se fosse devido, em contrapartida à receita de subvenção equivalente, a serem demonstrados um deduzido do outro. Os valores registrados no resultado são destinados à conta de reserva de incentivo fiscal no patrimônio líquido.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas são efetivas para exercícios iniciados para exercícios após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas novas e alteradas não possuem um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7); (ii) Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e (iii) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

A companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1).

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Títulos e valores mobiliários

i. Circulante

		2023	2022
CDB - Banco Santander	(a)	50.043	70.080
CDB - Banco do Nordeste do Brasil		-	15.554
		50.043	85.634

- (a) A Companhia aplica seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,66% (100,46% em 2022) do DI com vencimento entre junho e dezembro de 2024.

ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes a 2,61% do valor efetivamente desembolsado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a totalidade dos recursos está aplicada no fundo de investimento "BNB Conta Reserva FIC FI Renda Fixa Referenciado DI" do banco BNB. A composição da carteira está dividida em títulos públicos federais e operações compromissadas. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi de 12,09% (11,45% em 2022).

9 Concessionárias e permissionárias

		2023	2022
A vencer		10.671	10.307
Até 3 meses		61	30
De 3 a 12 meses		225	690
Acima de 12 meses		705	112
Provisão para perdas esperadas de créditos	(a)	(705)	-
		10.957	11.139

- (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reavaliou e provisionou a totalidade dos títulos vencidos a mais de 365 dias.

10 Ativo de contrato

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		1.488.978	1.459.530
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	(a)	(37.317)	-
Remuneração do ativo de contrato		142.923	135.154
Recebimentos		(113.585)	(105.706)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		1.480.999	1.488.978

- (a) Conforme nota explicativa 1.2 e 1.3, a RAP da Companhia foi reajustada em razão da Revisão Tarifária Periódica (RTP), impactando o ativo de contrato e o resultado em R\$ 37.317.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	105.740	104.158
Não circulante	1.375.259	1.384.820
	1.480.999	1.488.978

11 Fornecedores

		2023	2022
Materiais e serviços		6.206	8.900
Partes relacionadas	(i)	471	474
		6.677	9.374

- (i) Conforme descrito na nota explicativa 23 (a).

12 Financiamento

Financiamento	(a)	784.626	716.919
Custo de transação	(b)	(37.638)	(36.297)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		746.988	680.622
Captação	(a)	-	12.877
Juros		51.630	58.998
Custo de transação	(b)	(11.423)	(3.095)
Amortização - principal		(14.052)	(3.456)
Amortização - juros		(3.656)	(711)
Amortização - custo de transação	(b)	2.005	1.754
Financiamento		818.548	784.626
Custo de transação		(47.056)	(37.638)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		771.492	746.988

- (a) No dia 22 de agosto de 2019 a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, destinados à implantação do sistema de transmissão. O contrato consiste em dois subcréditos, o primeiro no valor de R\$ 601.033 e o segundo no valor de R\$ 44.967, totalizando o valor de R\$ 646.000. O último desembolso foi no montante de R\$ 12.877 e aconteceu em abril de 2022. Sobre a dívida incide a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) e Juros Básicos Fixos (JBF) à taxa média de 1,8512% a.a. O pagamento dos juros remuneratórios e das parcelas de principal teve início em outubro de 2022 e seu vencimento será em setembro de 2043.
- (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção do financiamento. A contrapartida foi reconhecida no passivo circulante na rubrica de "contas a pagar".

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	20.506	20.655
Não circulante	750.986	726.333
	771.492	746.988

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2023
Em 2025	18.448
Em 2026	20.050
Em 2027	21.749
A partir de 2028	690.739
	750.986

O contrato de financiamento possui cláusula (as principais estão citadas a seguir) de vencimento antecipado, exigindo o imediato pagamento da dívida, caso a Companhia: (a) Deixar de cumprir qualquer obrigação estabelecida no contrato e não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis para as obrigações pecuniárias ou 30 (trinta) dias corridos para as obrigações não pecuniárias; (b) Sofra protesto de dívida líquida e certa, em valor global, superior a R\$ 5.000; (c) Uma vez efetivada sua entrada em operação comercial, suspender suas atividades por mais de 60 (sessenta) dias corridos; (d) Venha a ser declarada impedida, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito; (e) Remova os bens financiados, bem como gravar, alienar, arrendar, ceder, transferir de qualquer forma em favor de terceiros os bens financiados ou os imóveis nos quais tenham sido incorporados, exceto para a constituição de garantias em favor dos bancos que irão emitir a Fiança Bancária; (f) Peça recuperação judicial, ou for decretada a sua falência; e (g) Altere o controle acionário sem prévia e expressa anuência do BNB.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas de vencimento antecipado.

13 Debêntures

Debêntures	(a)	136.011	130.174
Custo de transação	(b)	(8.543)	(9.020)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		127.468	121.154
Custo de transação		-	(478)
Juros		14.233	15.104
Amortização - principal		(1.976)	(1.397)
Amortização - juros		(8.066)	(7.870)
Amortização - custo de transação		478	955
Debêntures	(a)	140.202	136.011
Custo de transação	(b)	(8.066)	(8.543)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		132.136	127.468

- (a) A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de novembro de 2020 destinados à implantação do sistema de transmissão. O valor total captado foi de R\$ 116.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 11 de dezembro de 2020. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 5,90% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização do principal das debêntures serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento dos juros em 15 de maio de 2021 e a primeira amortização do principal em 15 de novembro de 2022, e o último pagamento dos juros e da amortização será efetuado na data de vencimento em 15 de novembro de 2040.
- (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. A contrapartida foi reconhecida no passivo circulante na rubrica de contas a pagar.

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	2.916	2.419
Não circulante	129.220	125.049
	132.136	127.468

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2023
Em 2025	3.247
Em 2026	3.889
Em 2027	5.145
A partir de 2028	116.939
	129.220

As debêntures possuem cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) cumprir qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão e não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis; (b) não declarar vencimento antecipado de contratos de financiamento de qualquer dívida financeira em valor igual, agregado ou superior a R\$ 10.000; (c) não reduzir o capital, exceto se (i) for previamente autorizado pelo debenturistas, (ii) ocorrer 3 (três) meses contados da data de aprovação da ANEEL, após a entrada em operação comercial e (ii) para absorver prejuízos; (d) não haver recuperação judicial ou decretar a sua falência; (e) não alterar o controle acionário, não realizar reorganização ou reestruturação societária sem prévia e expressa anuência dos debenturistas ou no caso do controle final (direto ou indireto) da Companhia não permanecer sob controle de empresas do grupo, e (f) apurar, anualmente e durante todo o período de amortização do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O ICSD precisa ser no mínimo de 1,05.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas de vencimento antecipado.

	2023
(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	3,54
(A) Geração de caixa da atividade	98.284
(B) Serviço da dívida	27.750
(A) Geração de caixa da atividade	98.284
(+) LAJIDA (EBITDA)	99.476
(-) Pagamento de contribuição social	(1.192)
(B) Serviço da dívida	27.750
(+) Amortização de principal	16.028
(+) Pagamento de juros	11.722
EBITDA	99.476
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	37.858
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	53.280
(-) Outras receitas operacionais	37.317
(+) PIS e COFINS deferidos por conta da aplicação da ICPC 01	(815)
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(142.923)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(12.622)
(+) RAP no exercício	125.737
(+/-) Outros ajustes IFRS (i)	1.644

- (i) Refere-se a diferenças oriundas da aplicação do ICPC 01 (R1) relacionadas às adições ao imobilizado.

14 PIS e COFINS diferidos

	2023	2022
PIS	24.273	24.419
COFINS	111.805	112.475
	136.078	136.894

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2023	2022
Circulante	9.326	9.187
Não circulante	126.752	127.707
	136.078	136.894

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

15 Outros passivos

	2023	2022
CDE e rateio de antecipação	10.991	4.348
Outros	103	73
	11.094	4.421

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Imposto de renda	119.237	113.027
Contribuição social	42.925	40.690
	162.162	153.717

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias. A posição em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir:

	2023	2022
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	162.162	153.717
	162.162	153.717

17 Passivos contingentes

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a administração mensurou e não identificou a necessidade de reconhecer provisão para as contingências e divulgar os passivos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não possui processos com prognóstico prováveis e possíveis de perda.

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social é de R\$ 161.600 dividido em 161.600.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela sua controladora.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor destinado foi de R\$ 1.412 e R\$ 1.658, respectivamente.

ii. Reserva de lucros a realizar

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 27 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 29.262 como dividendos adicionais.

iii. Reserva de incentivos fiscais

Constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais do imposto de renda auferido na exploração da concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica nos Estados do Ceará e Piauí. No dia 27 de dezembro de 2021 o Ministério do Desenvolvimento Regional por meio da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), emitiu o Laudo Constitutivo nº 0273/2021, aprovando o direito à Companhia ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de vigência (ano calendário) desse incentivo fiscal é de 2021 até 2031. Durante o período de vigência, a Companhia deve atender as seguintes obrigações: (i) cumprimento da legislação trabalhista e social; (ii) apresentar anualmente a declaração de rendimentos; (iii) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução; (iv) fornecer informações à SUDENE; e (v) apresentar anualmente à Sudene a certidão de regularidade fiscal. O não atendimento dessas obrigações pode resultar na perda do referido incentivo fiscal.

Em 31 de dezembro de 2023 o montante destinado foi de R\$ 3.232.

iv. Reserva de retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas.

Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 28 de abril de 2023 e Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 27 de dezembro de 2023, os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 23.628 e R\$ 40.738 como dividendos adicionais propostos e dividendos adicionais, respectivamente.

v. Dividendo adicional proposto

Em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 17.698 foi destinado para dividendos adicionais propostos.

(c) Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi destinado o montante de R\$ 5.899 e R\$ 8.291, respectivamente.

19 Receita operacional líquida

		2023	2022
Remuneração do ativo		142.923	135.154
Receita de operação e manutenção		12.622	12.499
Efeito da Revisão Tarifária Periódica	(a)	(37.317)	-
Parcela variável		(435)	(89)
Receita bruta		117.793	147.564
Pis e Cofins correntes		(11.367)	(10.473)
Pis e Cofins diferidos		815	(2.654)
Encargos setoriais		(1.597)	(1.482)
Deduções da receita		(12.149)	(14.609)
		105.644	132.955

(a) Conforme nota explicativa 10.

20 Serviço de terceiros

(a) Custos operacionais

		2023	2022
Serviço de operação e manutenção	(i)	(1.121)	(1.055)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(ii)	(2.115)	(3.610)
Consultoria ambiental		(1.060)	(1.138)
Diversos		(528)	(414)
		(4.824)	(6.217)

(i) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo Redes Brasil S.A. (Celeo Redes), veja nota explicativa 23.

(ii) Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão.

(b) Despesas operacionais

	2023	2022
Consultorias	(333)	(367)
Publicações	(45)	(45)
Diversos	(69)	(59)
	(447)	(471)

21 Resultado financeiro

	2023	2022
Rendimento de aplicação financeira	15.414	9.131
Receitas financeiras	15.414	9.131
Juros - debêntures	(14.233)	(15.104)
Juros - financiamento	(51.630)	(58.998)
Custo de transação - debêntures	(478)	(478)
Custo de transação - financiamento	(2.005)	(1.754)
Outras despesas	(348)	(1.379)
Despesas financeiras	(68.694)	(77.713)
	(53.280)	(68.582)

22 Imposto de renda e contribuição social

		2023	2022
Resultado antes dos impostos		37.858	50.340
IR e CS à alíquota nominal de 34%		(12.872)	(17.115)
Incentivo fiscal - SUDENE	(a)	3.232	-
Outras adições (exclusões)		23	(62)
IR e CS à alíquota efetiva		(9.617)	(17.177)
Despesa de IR e CS corrente		(1.172)	-
Despesa de IR e CS diferido		(8.445)	(17.177)
Alíquota efetiva		25%	34%

(a) Conforme descrito na nota explicativa 18 (b).

23 Transações com partes relacionadas

(a) Transações comerciais

		Passivo		Despesa	
		2023	2022	2023	2022
Elecnor	(i)	-	5	-	-
Celeo Redes	(ii)	471	469	(1.121)	(1.055)
		471	474	(1.121)	(1.055)

- Refere-se ao custo com a Elecnor do Brasil Ltda (Elecnor). A Elecnor foi a empresa responsável pela construção das linhas de transmissão da Companhia.
- Refere-se ao contrato com a Celeo Redes para a prestação de serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo está registrado na rubrica "Outros" - custos operacionais. O contrato foi assinado no dia 26 de fevereiro de 2020 e possui vigência de 5 (cinco) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R\$ 910 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão.

(b) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes e outras empresas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo.

(c) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		8.291	29.731
Aprovação de dividendos adicionais propostos	18 (b)	93.628	-
Pagamento de dividendos		(101.504)	(29.731)
Constituição dividendo mínimo obrigatório	18 (c)	5.899	8.291
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		6.314	8.291

24 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. A Companhia não contratou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de determinados ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas ou é indexado ao IPCA, da mesma forma que a receita do contrato de concessão.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados para suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, a Companhia, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, cujo fornecimento é obrigatório para todos os usuários do Sistema Interligado Nacional (SIN).

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolso. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(8.302)	(6.226)	(4.151)
Financiamento	Aumento do TJLP	50.533	37.900	25.266
Debêntures	Aumento do IPCA	5.893	4.420	2.947

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (11,75% e 4,46%) foi considerada conforme relatório Focus de 29/12/2023. A TJLP para o cenário provável (6,55%) foi considerada conforme relatórios de mercado.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	2023		2022	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa			157	-	100	-
Títulos e valores mobiliários	8	Nível II	-	70.653	-	104.337
Concessionárias e permissionária	9		10.957	-	11.139	-
Ativos Financeiros			11.114	70.653	11.239	104.337
Fornecedores	11		6.677	-	9.374	-
Financiamento	12		818.547	-	784.626	-
Debêntures	13		140.202	-	136.011	-
Passivos Financeiros			965.426	-	930.011	-

(d) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

(e) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros reconhecidos netas informações financeiras, que não sejam mensurados ao valor justo, se aproximam dos seus valores justos, exceto conforme detalhado na tabela a seguir:

		Hierarquia do valor justo	2023		2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures	13	Nível II	140.202	133.097	136.011	122.477
			140.202	133.097	136.011	122.477

As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debêntures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

25 Cobertura de seguros

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

	Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	30.06.2023 a 30.06.2024	267.597
Responsabilidade civil	30.06.2023 a 30.06.2024	20.000
Veículos	30.05.2023 a 30.05.2024	828

José Mauricio Scovino de Souza
Diretor Técnico

Marcus Hansen Balata
Diretor Financeiro

Bruno Marcell S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8